PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA

RELATÓRIO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO URBANÍSTICA

Lei nº 1.575 de 11 de setembro de 2015

1- Área 13

Origem	Loteamento Vilas do Atlântico
Área (m2)	4.259,00 m²
Afetação original	Área verde
Situação atual	Ocupada pelo Mendel
Uso	Institucional Privado
Modalidade de ocupação	Não identificada
Endereço	Rua Praia do Forte



Localização



Foto



Mapa de Zoneamento

Lauro de Freitas



2- Análise técnica da área

Análise situacional:

Trata-se de área ocupada por terceiros, não sendo identificado título de propriedade (concessão/doação/dação de pagamento/permuta).

Análise urbanística, social e ambiental:

A área apresenta-se parcialmente com cobertura vegetal, pavimentação e construções tipo quiosque e área de recreação, sem curso d'água, inserida na ZPR2 (Zona Preferencialmente Residencial) e ZEIA3 (Zona Especial de Interesse Ambiental), com características urbanas de iluminação pública, transporte público, com pavimentação asfáltica, meio fio, arborização.

A área está ocupada pelo COLÉGIO MENDEL, tendo esta localidade um potencial residencial e de serviços, estando assim, sua atual ocupação, de acordo com a legislação vigente.

O imóvel, tipo terreno urbano, tem seu entorno caracterizado como implantação de residências unifamiliares, com infraestrutura. Seu padrão construtivo é em vedação em alvenaria de bloco, cobertura em telha cerâmica com platibanda, com reboco, pintura e textura, gabarito composto de edificações tipo térreo e primeiro pavimento, nível de renda média e média alta.

3- Atendimento às condicionantes do Art. 1º da lei 1575

I – a ocupação esteja consolidada até a data da publicação desta

Atendido

II – a consolidação se comprove através do uso e/ou posse mansa e pacífica pelo ocupante;

Atendido

III – não se trate de Área de Proteção Permanente ou de restrição ambiental;

Atendido. A parte que está em ZEIA já encontra-se antropizada.

IV – não constitua servidão de passagem;

Atendido

V – não seja possível ou viável o retorno da área à destinação pública original aprovada por lei ou ato do Poder Executivo municipal.

Atendido

VI – não se trate de área pública utilizada como campo de várzea ou área tradicionalmente usada para a prática gratuita de esporte;

Atendido

VII – não se trate de área pública ocupada por Associação ou entidades de caráter filantrópico que desenvolvam trabalho social reconhecido; Atendido
VIII – não se trate de área pública ocupada por equipamento popular que tenha relevância comprovada para a vida social e cultural da comunidade; Atendido
 IX – não se trate de área pública ocupada acima de 2.000 m2, situada nos Bairros de Itinga e Portão, com capacidade de atender demanda de construção de escola. Atendido
4- Conclusão
A área atende aos critérios estabelecidos no Art 1º da Lei 1575/2015.